

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.002 - CE (2019/0295664-4)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : PEDRO FELIPE LIMA ROCHA**  
**ADVOGADO : PEDRO FELIPE LIMA ROCHA - CE035025**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**  
**PACIENTE : LUCIAN GURGEL PEREIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUCIAN GURGEL PEREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará proferido no *Habeas Corpus* n.º 0628175-49.2019.8.06.0000.

Consta dos autos que o Paciente (e outro indivíduo) foi preso em flagrante, em 02/04/2019, pela suposta prática dos crimes de tráfico interestadual de drogas e associação para o tráfico (fls. 63-84). O Juízo de primeira instância converteu a prisão em flagrante em preventiva no dia 05/04/2019 (fls. 37-41). O pedido de revogação da prisão processual foi indeferido em 17/07/2019 (fl. 43).

O Ministério Público estadual denunciou o Paciente como incurso no "*art. 33 c/c art. 40, V e 35 da Lei 11.343/2006*" (fl. 263).

Irresignada com a custódia cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 44-51).

Neste *writ*, o Impetrante sustenta, em suma, a inexistência de fundamentação idônea e dos requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva, além da presença de condições pessoais favoráveis.

Assevera que o Juízo de origem, ao decretar a custódia processual, não individualizou a situação do Paciente.

Afirma, ainda, que há excesso de prazo da custódia cautelar e para a formação da culpa, pois o Paciente está segregado desde abril de 2019.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a substituição da segregação por medidas cautelares diversas.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

Em juízo de cognição sumária, não constato a presença do *fumus boni*

# Superior Tribunal de Justiça

*iuris* necessário para o deferimento do pleito liminar.

Com efeito, o Juízo de primeira instância – referendado pelo Tribunal estadual – converteu a prisão em flagrante em preventiva com base na seguinte fundamentação (fls. 38-40, sem grifos no original):

*"Verifica-se de logo, ainda que em prelúdio cognitivo, haver prova da materialidade dos delitos acima mencionados, nos moldes do que exige o art. 312 do Código de Processo Penal, a teor dos autos de apresentação e apreensão de fls. 8 e 9 e dos laudos provisórios de constatação de fls. 28/31. Os indícios de autoria emergem das circunstâncias da prisão e dos depoimentos colhidos pela autoridade policial.*

*Colhe-se da peça flagrantial, em síntese, que equipe policial da DENARC que já desenvolvia unia investigação acerca da venda de drogas sintéticas nesta cidade. chegando ao nome do advogado PAULO VICTOR CARVALHO ABDON, que, conforme apurado trabalharia em parceria com indivíduo conhecido como 'Carioca', descobrindo que a dupla venderia tais drogas sintéticas em academias de musculação e festas raves na cidade. No decorrer das investigações, chegou-se à identificação de Carioca, como sendo o ora autuado LUCIAN GURGEL PEREIRA, com perfil em rede social com o cognome LORENZO. As investigações indicaram que no dia 02.04.2019, LUCIAN GURGEL PEREIRA estaria chegando no aeroporto de Fortaleza, em voo proveniente do Rio de Janeiro, presenciando quando ele ingressou em veículo que o aguardava, um Jeep Renegade de cor cinza e placas PON-5898, o qual era conduzido pelo outro custodiado, FREDERICO RABELO FACUNDES, tendo tomado a direção do bairro Papicu, onde foi abordado pelos policiais. No interior de tal veículo foram encontradas drogas sintéticas, conforme descrito no auto de apresentação e apreensão. Na bolsa de viagem de LUCIAN foi encontrado um saco plástico contendo 50 comprimidos de Ecstasy. Sobre o banco do veículo encontrou-se 1 litro de polisorbato 80 e 1 litro de ácido oleico. No endereço do custodiado FREDERICO RABELO, Rua Vilebaldo Aguiar, 607, ap. 1003, foi apreendida uma arma, sendo uma Pistola calibre .380. três carregadores, com 15 munições calibre .380. porém ele tinha registro legal de referida arma de fogo, além de uma balança de precisão. U\$ 4.270.00 dólares e certa quantidade de comprimidos de ecstasv. Seguindo a diligência, outros policiais foram ao endereço do flagranteado LUCIAN GURGEL, um flat, onde foi encontrada uma quantidade maior de comprimidos de ecstay. Deu-se a apreensão também de dois veículos, uma moto e um automóvel jeep Renegade e telefones celulares. A moto Honda pertencia ao flagranteado LUCIAN, mas estava guardada, estacionada, no apartamento do coautuado FREDERICO. O jeep pertencia ao custodiado Frederico.*

*Sobre as demais peculiaridades da conduta delituosa, condutor e testemunhas narraram a dinâmica dos acontecimentos, em depoimentos prestados perante a autoridade policial.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Examinando os autos, verifico que as substâncias ilícitas apreendidas foram 7g de haxixe, 3,50g de maconha, 300 unidades de comprimidos de ecstasy (mdma) na cor rosa, pesando 160g, 55 unidades de comprimidos de ecstasy (mdma) nas cores azul e verde, pesando 20g, 30 unidades de comprimidos de ecstasy (mdma) na cor amarela e com formato de pac man, pesando 10g, 45g de ecstasy (mdma) esfarelado, 4g de ecstasy (mdma), 17 unidades de comprimido de franol, a quantia de R\$ 954.00, além de quantias em moeda estrangeira, sendo U\$ 4.270,00 dólares e 300 Bolivianos. Apreendeu-se ainda. 1 litro de polisorbato 80 e 1 litro de ácido oleico e 1 balança de precisão de cor cinza.*

*[...]*

*Desse modo, ainda que sejam os custodiados primários, diante da gravidade concreta das circunstâncias do caso vertente, conforme acima explanado, tem-se que as suas custódias se mostram necessárias para garantia da ordem pública, a qual estaria em grave risco concreto caso toda na droga que foi apreendida chegasse a entrar em circulação, sendo que a quantidade de droga apreendida poderá, ao final, caso seja processado e condenado, afastar inclusive a aplicação do redutor previsto no artigo 33, da Lei 11.343/06.*

*Trata-se de droga que custa caro no mercado próprio, portanto, a quantidade total apreendida denota significativa movimentação financeira em torno da nefasta mercancia ilícita. A apreensão das quantias em dinheiro, tanto em moeda nacional, quanto estrangeira, reforçam os indícios de envolvimento dos flagranteados no comércio ilícito.*

*[...]*

*O Colendo STJ consolidou o entendimento no sentido de que podem a periculosidade e riscos sociais da conduta justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga, o que se dá no caso em apreço. Nesse sentido: HC n. 291125/BA 5ª, T. unânime. Rei. Min. Laurita Vaz, DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS, 6ª T., unânime)."*

Como se percebe, a fundamentação para a conversão da prisão em flagrante em preventiva não se mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, considerando, sobretudo, que foi mencionada a gravidade em concreto da ação criminosa, consubstanciada na apreensão de grande quantidade de drogas e de apetrecho comumente utilizado no tráfico de drogas (conforme trechos da decisão acima sublinhados e negritados), o que justifica a segregação cautelar como garantia da ordem pública, conforme jurisprudência desta Corte Superior de Justiça.

Ademais, *prima facie*, constata-se que o Juízo *a quo* individualizou a

# Superior Tribunal de Justiça

situação do Paciente, pois foi ressaltada a apreensão de grande quantidade de drogas na sua bolsa de viagem e no flat onde estava hospedado.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente, *mutatis mutandis*:

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DESPROPORÇÃO ENTRE A PRISÃO CAUTELAR E A PENA DECORRENTE DE EVENTUAL CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.**

**1. A prisão cautelar do Recorrente está conformada com os preceitos contidos nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal e mostra-se suficientemente fundamentada nos fatos constantes dos autos, revelando a pertinência da segregação preventiva sub judice como forma de garantir a ordem pública.**

**2. O decreto prisional ressaltou a gravidade concreta da conduta, consubstanciada na quantidade e na diversidade de drogas encontradas na residência do Acusado - 512 comprimidos de ecstasy, 2 invólucros de MD e 14 papéis de LSD -, além da considerável quantia em dinheiro guardada em um cofre - R\$4.450,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta reais) -, bem como uma balança de precisão, o que autoriza a decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública. [...]**

**4. A existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não é apta a desconstituir a prisão processual, caso estejam presentes os requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a imposição da medida extrema, como verificado na hipótese.**

**5. Demonstradas pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não é possível a aplicação de nenhuma das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal.**

**6. Recurso ordinário desprovido." (RHC 110.080/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 01/07/2019, sem grifos no original.)**

Além disso, a eventual existência de condições pessoais favoráveis – tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa – não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre, *primo icto oculi*, na hipótese em tela. Sobre a questão: RHC 94.056/SP,

# Superior Tribunal de Justiça

Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 26/03/2018 e HC 454.865/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 14/08/2018.

No mais, demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

Outrossim, observa-se que a matéria relativa ao excesso de prazo da custódia preventiva e para a formação da culpa não foi tratada no acórdão prolatado pela Corte de origem, motivo pelo qual o debate nesta Corte Superior implicaria indevida supressão de instância, com explícita violação à competência originária para o julgamento de *habeas corpus*, definida no art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição da República.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância – notadamente acerca do **andamento processual** e da **atual situação prisional do Paciente** (**juntar as eventuais decisões que decretaram e mantiveram a custódia processual**) – e ao Tribunal de origem, para que informe a **SENHA de acesso** para consulta aos **processos que tramitam na primeira e segunda instâncias**, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora